

Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP 20.030-080 - Rio de Janeiro/RJ

CAMPANHA SALARIAL

"Reflexões indispensáveis..."



DS/RJ trabalhando na mobilização: Ato Público (17/4) reafirmou a rejeição ao Sídio e a importância do Subsídio

O resultado frustra as expectativas da categoria!

“Qual é realmente o saldo da nossa Campanha Salarial? Observamos duas interpretações diametralmente opostas: a DEN, por um lado, ufano-se das “maravilhosas” conquistas da Campanha Salarial, e os AFRFB, de outro, frustrados com o seu resultado e, principalmente, duvidosos quanto às lutas futuras. Para a diretoria da DS/Rio, o saldo realmente não é positivo”. **Pág.2**

“Nova Fase”

“Editada a MP 440, em 29 de agosto último, o trabalho dos AFRFB se volta para o trabalho parlamentar junto aos deputados federais e senadores, na tentativa de emplacar emendas que resgatem nossas originais reivindicações ou, pelo menos, minimizem os prejuízos introduzidos na MP. O trabalho justifica-se pelo fato de a Medida Provisória não respeitar o acordo firmado com o governo”. **Pág.3**

“O Subsídio”: a grande conquista da mobilização!

A idéia do subsídio foi iniciada por uma proposta de base, apresentada pelo colega Luiz Carlos Alves, do Rio de Janeiro, em Plenária Nacional. A implantação do subsídio foi uma conquista importante, da qual decorre a desvinculação da remuneração de metas de arrecadação e de avaliação individual. Porém, alguns procedimentos antes da transformação em subsídio, trouxeram consequências indesejáveis. **Pág.4**

Valeu a Experiência?



Feita a retrospectiva da campanha salarial e o balanço dos resultados, perguntamos: valeu a experiência? Parece que não, se considerarmos o boletim de 05/09/08, no qual a Direção Nacional, mesmo diante da irrecusável realidade, apregoa o sucesso do seu já velho e obsoleto “novo paradigma negocial”. Melhor seria se a DEN reconhecesse que a tão ostentada negociação se iniciou na gestão anterior. Melhor seria se reconhecesse que a política de contornar o enfrentamento não nos conduziu a um desfecho satisfatório na Campanha Salarial.

Parece óbvio que, em uma negociação, o interlocutor será tanto mais flexível quanto maior for a firmeza dos nossos representantes. Contudo, os nossos negociadores, já com o primeiro esboço de proposta, abandonaram a nossa pauta reivindicatória e se submeteram aos limites impostos pelo governo, rebaixando o patamar da negociação. Parecendo mais interessada em evitar o enfrentamento e em provar o sucesso do “novo paradigma negocial”, a Direção Nacional, a cada infrutífera reunião, insistia em enxergar sinais de “boa vontade do governo”. Com essa perspectiva e a de que o bom negociador não deve rejeitar de plano qualquer proposta, aceitou desviar o foco da negociação e discutir o SIDEC, no qual não via tantos problemas.

Também parece óbvio que, em uma negociação, o nosso maior trunfo é a pressão da categoria. Mas ela foi desarticulada: a organização da nossa mobilização foi sendo adiada e, pior, desacreditada, com o cancelamento de Plenárias e paralisações anteriormente aprovadas. Assim, a nossa mobilização se inviabilizou em 2007 e o governo, constatando que as ameaças de enfrentamento não passavam de ameaças, se sentiu autorizado a nos enrolar.

E, então, tivemos que entrar em greve. Para aqueles que não estão unicamente interessados em tentar provar, mesmo contra os fatos, a superioridade da sua estratégia, ficou evidente não bastar a uma direção sindical se auto-entitular “boa negociadora” e apregoar um relacionamento amistoso com a Administração, que, aliás, muito teria ajudado se não tivesse atrapalhado – o SIDEC é um exemplo apenas. A questão, claro, não está em se optar pela negociação ou pelo enfrentamento. Qualquer gestão sindical não pode prescindir de nenhuma das duas vias, que são complementares e não estanques, como ainda quer fazer crer a DEN.

Quando, porém, se vai para o confronto, é necessário ter convicção, pois uma greve exige condução responsável, firme e segura. E quando o governo jogava a sua última cartada com a suspensão da nossa tutela antecipada, o que se esperava era uma Direção Nacional que sustentasse, naquele momento decisivo, a disposição que a categoria demonstrava possuir. Mas, o que se viu foi uma DEN a desenhar um quadro catastrófico e irreal, como se a nossa greve tivesse sido julgada ilegal, o que não ocorreu. E, mais uma vez, o governo, assistindo à nossa

desmobilização, se sentiu à vontade para ignorar os nossos pleitos.

Qual é realmente o saldo da nossa Campanha Salarial? Observamos duas interpretações diametralmente opostas: a DEN, por um lado, ufanando-se das “maravilhosas” conquistas da Campanha Salarial, e os AFRFB, de outro, frustrados com o seu resultado e, principalmente, duvidosos quanto às lutas futuras. Para a diretoria da DS/RJ, o saldo realmente não é positivo. Mas, se a experiência valeu para alguma coisa, teremos identificado os erros cometidos e nos prepararemos melhor para as lutas que estão por vir. Afinal, negociação e enfrentamento sempre foram e continuarão a ser valiosas armas, se as soubermos usar.

Durante toda a Campanha Salarial, a DS/RJ procurou ajudar na formulação e na sustentação das ações nacionais, mesmo quando o fazia por meio de críticas. E assim continuará. É com essa consciência que não podemos admitir a tacanha visão demonstrada no boletim de 05/09/08, onde a Direção Nacional, insegura do sucesso que diz ter alcançado, afirma que a história recente da categoria, pela estratégia de enfrentamento até então adotada, é de “perdas salariais e desvalorização do cargo”. A história recente da categoria, ao contrário, é de muitas vitórias, que incluem a resistência a um projeto nefasto, gestado dentro da nossa própria casa por uma Administração que, esperamos, é página virada na história da Receita Federal. Para sermos rigorosos, não só a história recente, mas toda história da nossa categoria é constituída de vitórias e derrotas, sempre, porém, com muita luta e muita altivez, ambas necessárias se quisermos voltar a ser respeitados!

Agora é no Congresso Nacional

Após a edição da Medida Provisória 440, em 29 de agosto último, os AFRFB do Rio de Janeiro se voltam para o trabalho parlamentar junto aos deputados federais e senadores, na tentativa de emplacar emendas que resgatem as originais reivindicadas ou, pelo menos, minimizem os prejuízos introduzidos na MP.

Nunca é demais lembrar que esse trabalho justifica-se pelo fato de a MP 440 sequer respeitar o acordo firmado com o governo. Acordo, aliás, a que se opuseram os Auditores-Fiscais filiados à DS/RJ, entre outros motivos, por considerarem muito rebaixada a proposta final do governo.

São 32 emendas, só do Unafisco, sendo duas relativas à MP 441, que, ao conceder reajustes a diversas outras categorias do Serviço Público, traz dispositivo (Art. 322) condicionando a implantação das parcelas de reajustes previstas para 2009, 2010 e 2011 (não temos essa última) a disponibilidades orçamentárias e financeiras, cuja avaliação e demonstração ficarão a cargo dos Ministérios da Fazenda e Planejamento.

OS PRINCIPAIS PONTOS DAS EMENDAS DO UNAFISCO

As emendas à MP 440 abordam várias questões. Como não é possível detalhá-las aqui (vide as propostas de emendas através do site www.unafisco.org.br – Área Restrita), os seguintes tópicos podem dar uma idéia aproximada dos seus conteúdos: 1) exclusão ou atenuação do SIDEC; 2) resgate da paridade da GIFA antes da transformação da remuneração em subsídio; 3) solução do fosso salarial, conforme previsto no acordo ou com redução de classes/padrões; 4) suspensão dos descontos dos dias parados; 5) manutenção de parcelas remuneratórias, como anuênios, decisões judiciais, periculosidade, adicional noturno, entre outros; 6) não congelamento da parcela complementar de Subsídio; 7) supressão ou atenuação da dedicação exclusiva; 8) outros, como introdução de novos direitos, manutenção do percentual real das aposentadorias proporcionais, exercício

do cargo como atividade jurídica e porte e registro de arma.

APROFUNDANDO O DEBATE

A diretoria da DS/RJ e os colegas que têm participado das reuniões do “Aprofundando o debate”, realizadas às terças e sextas-feiras, às 12h 30, decidiram priorizar as emendas que resgatem os termos do acordo firmado com o governo ou que fazem parte da pauta reivindicatória da categoria, como, por exemplo, a paridade da GIFA. Essa priorização é necessária porque a quantidade de emendas inviabiliza o seu detalhamento junto aos parlamentares – quem trabalha 32 emendas acaba não trabalhando nenhuma.

Pela disposição do governo e segundo a avaliação de alguns especialistas, não será nada fácil esse novo trabalho. Mas a DS/RJ já está articulando os contatos com os parlamentares do Rio de Janeiro.

Retrospectiva da Campanha Salarial

Ao contrário do que sistematicamente vem afirmando a Direção Executiva Nacional (DEN), a nossa atual Campanha Salarial, agora nos seus últimos desdobramentos, iniciou-se ainda sob o comando da gestão anterior, presidida por Carlos André Soares Nogueira. Isso pode ser conferido no Boletim nº 2385, de 28 de junho de 2007, onde consta o estabelecimento das bases da então futura negociação:

“Pela primeira vez, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sinalizou com a intenção de firmar um modelo de negociação com auditores-fiscais que se distancie do caráter meramente pontual e seja implementado de forma mais contínua. ‘Queremos estabelecer, sim, um processo de negociação a médio prazo. Nossa intenção é também analisar tecnicamente todas as reivindicações feitas aqui’, garantiu ontem (27/6) o novo secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva Ferreira”.

Dando continuidade às negociações, a diretoria nacional empossada no início de agosto, na sua segunda reunião com o

MPOG, em 13/09/07, oferece um prazo de 40 dias para que o governo apresentasse uma proposta de reajuste para a categoria. E no dia 17 de outubro foi apresentado um esboço de proposta, onde eram oferecidos o subsídio (como o governo indicara já na reunião de junho) e um calendário que previa um aumento parcelado deste modo: novembro/07, abril/08, novembro/08 e abril/09. Segundo o governo, tanto o calendário como o salário final (em todas as parcelas) seriam iguais aos propostos aos Advogados da União (na verdade, carreiras jurídicas do Executivo, entre as quais se incluíam os procuradores da Fazenda Nacional). Embora os valores nunca tenham sido apresentados formalmente à nossa categoria, a proposta para a AGU previa os seguintes valores para o topo da tabela: R\$ 14.954,90 (Nov/07), R\$ 18.053,57 (abr/08), R\$ 19.053,57 (Nov/08) e R\$ 19.699,82 (abr/09).

A partir daí, foram inúmeras reuniões semanais onde o governo sempre postergava a apresentação de uma proposta concreta. Em 2007, a única novidade, por sinal negativa, foi a introdução do monstro chamado SIDEC – Sistema de Desenvolvimen-

to na Carreira. Já em 2008, o governo foi apresentando, “aos bocados”, uma proposta muito inferior à inicialmente esboçada.

GREVE

Diante de tudo isso e da constatação de que a negociação, mais uma vez, não fora suficiente, os AFRFB entraram em greve por tempo indeterminado, a partir de 18 de março de 2008. E foi uma das greves mais fortes da nossa história, especialmente porque Delegacias Sindicais (DS), como a do **Rio de Janeiro**, apesar de discordarem em muitos pontos da Direção Nacional, engajaram-se com firmeza, em atitude diversa da que tiveram, na Campanha Salarial de 2006, Delegacias Sindicais como Santos e Cumbica, que decidiram priorizar a sua oposição à Direção Nacional de então.

Contudo, com a queda da nossa tutela antecipada, que impedia o corte de ponto, a Direção Nacional e seus incondicionais apoiadores de algumas Delegacias Sindicais passaram a propugnar pelo encerramento da greve. Mesmo assim, os AFRFB demonstraram a sua disposição na primeira assembléia após a queda da tutela (14/04/08), apro-

vando a continuidade da greve por mais de 76% dos votos – no Rio de Janeiro mais de 90%, com a presença de 491 AFRFB.

Os auditores do Rio de Janeiro fizeram a sua parte e apresentaram propostas para contornar aquele revés, como empréstimos pelas Delegacias Sindicais ao “Fundo Nacional de Corte de Ponto” – R\$ 500.000,00 disponibilizados pela DS/RJ – e a instituição de cotas específicas para o mesmo fundo. Mas isso não mudou a perspectiva da DEN, o que foi determinante para o declínio do movimento, não obstante a luta da DS/RJ para que isso não ocorresse. Depois de 52 dias de greve, a DEN e o Comando Nacional de Mobilização (CNM) propuseram, na assembléia de 08/05/08, a suspensão temporária da greve, de 12/05 a 01/06/08, para demonstrar mais uma vez a nossa “boa vontade” ao governo, que continuava impondo aquela condição para que fossem reiniciadas as negociações. A diretoria da DS/RJ, por avaliar não existirem mais condições de continuar a greve, tam-

bém encaminhou pela suspensão, mas afirmando claramente que não achava factível a posterior retomada da greve e que tal decisão impediria avanços significativos na proposta apresentada. Encaminhamos pela suspensão, porque sem uma postura nacional firme, não haveria condições de recrudescer o movimento paredista.

Como alertávamos, não houve por parte da DEN sequer a intenção de retomar a greve e o único avanço na proposta foi a parcial solução do fosso salarial, à custa do rebaixamento do salário inicial da categoria. Na assembléia de 13/06/08, então, a DEN encaminhou pela aprovação da proposta do governo, o que de fato ocorreu em nível nacional, apesar de aqui no Rio ter sido majoritária a rejeição.

ACORDO

Finalmente, na Assembléia de 25/06/08, mais uma vez a diretoria da DS/RJ discordou da Direção Nacional e encaminhou contra a assinatura do acordo com o governo.

Foram cinco os motivos principais que pautaram nossa posição pela rejeição do acordo, todos contestados pela DEN: 1) não estávamos sendo elevados ao mais alto patamar remuneratório do Executivo, pois só em 2010 chegaríamos próximos dos subsídios dos delegados da PF, que já estão em campanha pela equiparação com os procuradores da República; 2) era necessário que a solução para os dias parados estivesse expressa no acordo; 3) o SIDEC não fora afastado; 4) o governo já dera inequívocos sinais de que não cumpre acordos; 5) a assinatura do acordo restringiria nossas reivindicações até julho de 2010, ano que seria especialmente favorável as reivindicações dos servidores federais, por ocorrerem eleições para o Congresso Nacional e Presidência da República. Pela mesma razão, porém, há o impedimento legal à concessão de aumentos para o setor público a partir do segundo semestre (coincidência?). No entanto, embora tenha sido rejeitado no Rio, a categoria aprovou o acordo nacionalmente.

Balanço dos Resultados



Ato Público (19/3): Em protesto contra a falta de palavra do governo, a presidente da DS/RJ Vera Teresa Balieiro exigiu respeito.

Na avaliação da diretoria da DS/RJ, acabamos aceitando uma proposta e assinando um acordo muito aquém do que a conjuntura indicava ser possível. Sim, porque o aumento da Polícia Federal no início do segundo semestre de 2007 abriu um período de conjuntura bastante favorável aos servidores públicos federais. Mas, de outubro de 2007 a junho de 2008, a proposta esboçada pelo próprio governo, mais do que não avançar, se deteriorou em todos os sentidos: o calendário foi dilatado, os valores diminuídos, o SIDEC incluído.

Além disso, os dias parados não foram negociados e nem o acordo honrado: o SIDEC veio inteiro na MP 440, acrescido

de limites percentuais para o preenchimento de cada classe da tabela; a solução para o fosso não foi integralmente contemplada, apesar de o subsídio inicial ter permanecido rebaixado; as parcelas do aumento previstas para 2009 e 2010 estão condicionadas à disponibilidade orçamentária. Some-se a inclusão de uma arbitrária e abusiva interpretação de “dedicação exclusiva” na MP, matéria que sequer fora tratada nas inúmeras reuniões com o Governo (agora alterado na votação da Câmara).

Mas tivemos, sim, uma conquista importante: a implantação do subsídio, da qual decorre a desvinculação da remuneração de metas de arrecadação e de avaliação individual. Mas, em função de os valores terem sido rebaixados e de não ter sido contemplada a paridade na GIFAs antes da transformação da remuneração em subsídio, mesmo essa conquista trouxe conseqüências indesejáveis: 1) muitos colegas, ativos e aposentados, ou não terão nenhum aumento ou este será residual agora na primeira parcela (em alguns casos, isso ocorrerá até a última parcela); 2) será consolidada a perda da GIFAs dos colegas aposentados e pensionistas.

Mesmo assim foi uma conquista importante, que começou com uma pro-

posta de base, apresentada pelo colega Luiz Carlos Alves, aditada pelo colega Paulo Lourenço, ambos do Rio de Janeiro, na Plenária Nacional de 04 e 05 de setembro de 2007. Uma comissão formada posteriormente pelo Conselho de Delegados Sindicais (CDS) com dez membros, da qual participaram pelo Rio de Janeiro o autor da proposta e o vice-presidente da DS Lenine Alcântara Moreira, debateu o tema e propôs a aprovação do subsídio como nova forma de remuneração, o que ocorreu na assembléia de 18/10/07, com 98,73% dos votos, um dia depois de o governo tê-lo proposto.

Entretanto, não há como não constatar que tivemos um tratamento discriminatório em relação a outras carreiras, como a Polícia Federal e AGU, para nos restringirmos ao Executivo. No caso da AGU, além de o subsídio inicial ser bastante superior, não houve implantação do SIDEC. E isso sem falarmos dos analistas-tributários, que, além de terem um aumento percentualmente superior ao nosso, não tiveram rebaixamento do subsídio inicial para resolverem o “fosso salarial” deles.